



**Ministério Público**  
Procuradoria Geral da República  
Conselho Superior do Ministério Público

## **Anúncio do Concurso**

### **(Concurso para recrutamento de um assessor nacional, especialista com enfoque em violência doméstica e/ou violência baseada no género)**

Em conformidade com a Deliberação n.º 4./CSMP/2023, de 31 de janeiro, o Conselho Superior do Ministério Público, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), torna público que se encontra aberto o concurso público para recrutamento, por contrato a termo certo, de um assessor nacional, especialista com enfoque na violência doméstica e/ou violência baseada no género, para exercer funções no Gabinete do Procurador-Geral da República.

#### **1. Objetivo do concurso**

O presente concurso visa exclusivamente o recrutamento de um assessor nacional, especialista com enfoque em violência doméstica e/ou violência baseada no género, para prestar assessoria técnica ao Procurador-Geral da República, ao Adjunto do Procurador-Geral da República e aos Procuradores da República de Primeira Instância e de Recurso; ministrar formação ou treinamento para magistrados e oficiais de justiça do Ministério Público; e exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pelo Procurador-Geral da República ou Adjunto do Procurador-Geral da República.

#### **2. Legislação Aplicável**

Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 7/2022, de 19 de maio, e Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 21 de setembro.

### **3. Requisitos de admissão ao concurso**

#### **a) São requisitos obrigatórios à admissão ao concurso:**

- Ter Mestrado ou Licenciatura em Direito, Investigação Criminal, Criminologia ou outras áreas a fins.
- Ter no mínimo 5 (cinco) anos de experiência na implementação, gestão e/ou prestação de assistência técnica a programas com enfoque nos direitos humanos, na igualdade de género e violência baseada no género e/ou violência doméstica;
- Domínio das línguas oficiais escritas e faladas;
- Conhecimento da língua inglesa escrita e falada;
- Forte compromisso com a capacitação dos magistrados e oficiais de justiça do Ministério Público;
- Capacidade para elaborar e executar planos de trabalho e elaborar relatórios, atas e mapas estatísticos; e
- Capacidade para organizar e ministrar ações de formações e transmissões de conhecimentos e boas práticas de trabalho com enfoque nos casos de violência doméstica e/ou VBG.

#### **b) São requisitos preferenciais:**

- Excelente compreensão do contexto da igualdade de género em Timor-Leste e dos direitos da mulher, particularmente questões legais relacionadas aos direitos humanos, igualdade de género, violência doméstica e/ou violência baseada no género;
- Experiência como formador; e
- Capacidade de relacionamento e de trabalho em equipa.

### **4. Apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser formalizadas através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público de Timor-Leste, Dr. Alfonso Lopez, com a

indicação do concurso, podendo ser entregue no Conselho Superior do Ministério Público, Avenida D. Ricardo da Silva, 1943-2015, Bispo de Díli, Antiga Rua Mártires da Pátria, cidade de Díli, Timor-Leste ou enviado via fax (+670 3331347), ou ainda através dos seguintes emails [paulina.araujo@mp.tl](mailto:paulina.araujo@mp.tl); [csmp@mp.tl](mailto:csmp@mp.tl), devendo conter nome, profissão, estado civil, idade, residência, endereço eletrónico e/ou número de telefone de contacto.

**O requerimento deve estar acompanhado dos seguintes documentos:**

- a) Curriculum vitae completo;
- b) Certificado de habilitações literárias/do grau académico;
- c) Documento comprovativo da experiência profissional;
- d) Fotocópia do documento de identificação;
- e) Proposta salarial.

**5. Prazo de apresentação das candidaturas**

O prazo para apresentação das candidaturas é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação do presente anúncio.

**6. Métodos de seleção**

Os métodos de seleção são os seguintes:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista psicotécnica para aferição da motivação, disponibilidade, conhecimentos técnicos e da realidade judiciária e sociocultural timorense; e
- c) São ainda fatores de ponderação o conhecimento de línguas e espírito de equipa.

**7. Domínio de línguas**

- a) Domínio das línguas oficiais escritas e faladas; e

b) Conhecimento da língua inglesa escrita e falada.

## **8. Duração do contrato**

O contrato terá a duração de 6 meses, podendo ser renovado pelo mesmo ou diferente período.

## **9. Composição do Júri do Concurso**

Integram o júri para o presente concurso:

Presidente: Dr. Angelina Joanina Saldanha, Adjunta do Procurador-Geral da República;

Vogais: - Dr. Matias Soares, Procurador da República; e

- Dr. Napolião Soares da Silva, Procurador da República;

Suplente: Dr. Nelson de Carvalho, Adjunto do Procurador-Geral da República.

Supervisoras do UNDP: - Dra. Marina Ruzzi; e

- Dra. Rosa Cardoso.

Secretária: Dra. Paulina de Araújo Correia.

Publique-se.

Conselho Superior do Ministério Público, 5 de junho de 2023.

**O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público,**



**/Alfonso Lopez/  
Procurador-Geral da República**